

Recursos Perfeitos, Turismo e Singularidades Territoriais: Contributos Para o Desenvolvimento de Uma Linha de Turismo Científico na Golegã

Perfect Resources, Tourism and Territorial Singularities: Contri- butions To the Development of a Scientific Tourism Line in Golegã

Sérgio Paulo Leal Nunes

spnunes@ipt.pt

Centro de Investigação Aplicada em Economia e Gestão do Território – Instituto Politécnico
de Tomar, DINÂMIA-CET-Instituto Universitário de Lisboa
CIRIUS-ISEG-Universidade de Lisboa

Vanda Cristina Brito e Sousa

vandasousa33@hotmail.com

Centro de Investigação Aplicada em Economia e Gestão do Território – Instituto Politécnico
de Tomar

Resumo/ Abstract

Este artigo tem como objectivo discutir os fundamentos susceptíveis de suportar o desenvolvimento de uma linha de turismo científico na Golegã. Partindo-se de um enquadramento teórico-conceitual que relaciona o território, a competitividade e a coesão territorial, o turismo e a política pública, o artigo apresenta quatro novos conceitos: recursos perfeitos, coerência territorial, singularidades económicas e territoriais. O turismo científico é ainda uma linha de turismo pouco explorada, quer em Portugal quer internacionalmente. Contudo, neste momento, existem condições muito favoráveis à discussão desta temática, nomeadamente em termos político-institucionais. O caso em estudo reporta-se à Golegã, onde a hipótese de uma linha de turismo científico é fundamentada na articulação de um conjunto de recursos com a necessária construção de um processo de coerência territorial associado.

Palavras-chave: competitividade e coesão territorial, turismo científico, recursos perfeitos, singularidades territoriais, Golegã

This article aims to discuss the fundamentals that can support the development of a scientific tourism line in Golegã. Starting from a theoretical-conceptual framework that relates territory, competitiveness and territorial cohesion, tourism and public policy, the article presents four new concepts: perfect resources, territorial coherence, economic and territorial singularities. Scientific tourism is still a line of tourism little explored, both in Portugal and internationally. However, now there are very favorable conditions for discussing this issue, particularly in politico-institutional terms. The case study concerns the Golegã, where the hypothesis of a scientific tourism line is based on the articulation of a set of resources with the necessary construction of a territorial coherence process associated.

Keywords: competitiveness and territorial cohesion, scientific tourism, perfect resources, territorial singularities, Golegã

1. INTRODUÇÃO

O turismo científico é ainda uma linha de turismo pouco explorada, quer em Portugal quer internacionalmente. Contudo, neste momento, existem condições muito favoráveis à discussão desta temática. Em primeiro lugar, pela natureza dos recursos em causa e do seu significado económico, social e correspondentes relações com a política pública. Em segundo lugar, existe actualmente um conjunto alargado e coerente de condições político-institucionais neste domínio que favorecem objectivamente o turismo científico: o programa Cultura e Ciência (C^2), desenvolvido pela Secretaria de Estado do Ensino Superior, em articulação com outros organismos da administração pública; o reconhecimento da importância do turismo para a dinamização económica das regiões (Estratégia Turismo 2027) e do turismo científico, especificamente a Recomendação da Assembleia da República (RAR) n.º 197/2017; a coerência desta proposta com os documentos estratégicos da região e do concelho da Golegã (Plano Estratégico da Lezíria do Tejo 2014-2020 e Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano – PEDU 2014-2020); e, não menos importante, a abordagem desenvolvida neste artigo articula-se com os fundamentos da estratégia de especialização inteligente – RIS3 (variedade relacionada, efeitos multiplicadores, *place-based approach* e *practice based-research*).

Apesar do enquadramento político-institucional favorável ao desenvolvimento desta tipologia de projectos, acredita-se que a eficácia no seu desenho e na sua implementação poderá ser aumentada se existir uma coerência teórico-conceptual que permita enquadrar devidamente as relações entre o território, a competitividade e a coesão territorial, o turismo e a política pública. Tal convicção resulta do facto desse enquadramento procurar clarificar os espaços, os actores e os mecanismos através dos quais se pode dinamizar adequadamente esta estratégia.

Este texto tem, por isso, dois objectivos fundamentais. O primeiro, passa por construir um quadro teórico-conceptual que permita conferir uma dinâmica colectiva, evolutiva e territorial aos processos conducentes a acrés-

mos de competitividade e coesão. O segundo objectivo passa por particularizar uma linha de turismo científico na Golegã como ilustração empírica do primeiro objectivo, conferindo à experiência linhas de intervenção coerentes e executáveis. Para além desta introdução, o artigo está estruturado em quatro secções: a primeira articula a relação entre território e desenvolvimento regional e apresentam-se os conceitos de recursos perfeitos, coerência territorial, singularidades económicas e territoriais, como forma de relacionar teoricamente a natureza territorial da política pública e dos processos de competitividade e de coesão, onde o turismo científico é suscetível de configurar um caso particular desta dinâmica; na segunda secção descrevem-se algumas experiências internacionais associadas ao turismo científico, com destaque para o caso do Chile e da Região de Aysén e sumarizam-se, igualmente, algumas experiências portuguesas; a terceira secção é dedicada ao desenvolvimento do caso de estudo da Golegã. Termina-se com as conclusões e com algumas pistas e reflexões para o futuro.

2. A CONCEPÇÃO DE TURISMO COMO SINGULARIDADE TERRITORIAL

2.1 Território e Desenvolvimento Regional

A abordagem desenvolvida nesta secção inspira-se, como ponto de partida, nas abordagens à competitividade territorial e ao desenvolvimento endógeno, mais concretamente nas teorias de desenvolvimento regional que fazem do espaço um activo relacional (ver, por exemplo, Capello, 2007). O conceito de território adoptado neste texto encontra-se filiado no âmbito da economia do território e suporta-se conceptualmente na perspectiva de que o território é um sujeito de poder nos processos de desenvolvimento regional (Alves, 2001; Lopes, 1995). Nesta perspectiva, o território é a sobreposição de múltiplas dimensões de espaços: um espaço físico (escala geográfica), um espaço de relações (actores, redes e dinâmicas de interacção) e um espaço político-institucional (resultante da coordenação entre diferentes

órgãos de poder e da integração num espaço concreto das suas diferentes políticas). Significa, desde já, que sempre que se utilize o qualificativo de *territorial*, não se pode deixar de levar em consideração a dinâmica relativa à evolução da integração num território concreto destas três dimensões e das tensões associadas, isto é, o território é um resultado das complexas interdependências entre a dimensão do mercado, a dinâmica de interações e um enquadramento político-institucional mais ou menos favorável a concretizações económicas e sociais (Camagni, 2008).

Em termos mais particulares e procurando espaço para futuras acções de operacionalização de conceitos e estratégias, podemos conceptualizar a relação entre território e desenvolvimento regional como um processo sistémico (entre múltiplos actores, os seus objectivos/actividades e as suas dinâmicas), interactivo (decorrente das múltiplas interdependências associadas) e cumulativo (*path dependent*), isto

é, um processo complexo com elevada incerteza estrutural (ver, por favor, o quadro 1). Este processo envolve diversas tensões, por exemplo entre eficiência e equidade, entre expectativas e resultados ou entre desejos e possibilidades. Como consequência, a gestão das tensões e dos dilemas associados condiciona fortemente o processo de desenvolvimento regional. Se não é fácil quantificar e qualificar o desenvolvimento regional numa métrica inquestionável, é relativamente mais fácil avaliar algumas das suas principais manifestações e dos seus resultados mais encontrados. Nestes termos, podemos dizer que é um processo que procura maximizar simultaneamente (no tempo e nos espaços) um equilíbrio instável entre o crescimento económico (produção, emprego, exportações, investimentos) e a sustentabilidade (recursos, famílias, comportamentos, mobilidades), isto é, um processo que procura gerir uma tensão difícil de realizar entre eficiência e equidade.

Quadro 1 - Território e Desenvolvimento Regional

				Território (concepção)					
Desenvolvimento Regional	Natureza objectiva: resultados		Competitividade e Coesão Territorial	Natureza processual		Espaço físico	Espaço de Interações	Espaço político institucional	
	Crescimento	Emprego		Eficiência	Competitividade	Atractividade	Desenvolvimento Regional = resultado destas dinâmicas que envolvem múltiplas tensões e dilemas entre recursos (humanos, físicos, tecnológicos) e processos (órgãos de poder, natureza dos agentes, objectivos e estratégias, modelos de governância)		
		Produção				Conectividade			
Exportações		Coesão	Proximidade						
Investimento			Acesso						
Sustentabilidade	Recursos	Equidade							
	Famílias								
	Comportamentos								
	Mobilidade								

Fonte: Elaboração própria

A abordagem que se tem vindo a desenvolver salienta com maior ênfase a natureza – o que é – (d)o desenvolvimento regional. Vamos mudar ligeiramente o ângulo de abordagem, no sentido de nos aproximarmos – tanto quanto possível – dos processos e das dinâmicas através dos quais é possível condicionar o processo de desenvolvimento regional. Neste sentido, não será demasiado subjectiva a argumentação de que os objectivos de um qualquer território num mundo globalizado e interdependente estão, inevitável e crescentemente, associados às suas dinâmicas de competitividade e de coesão territorial (C&CT) (Camagni, 2002; CE,

2008; Lopes, 2001; Mateus et al., 2005).

A competitividade deverá ser entendida enquanto binómio auto-reforçante de atractividade (de recursos, nas suas múltiplas manifestações) e de conectividade (pela via da construção de redes e de interações diversas) e a coesão enquanto integração *territorial* dos conceitos de proximidade (nas suas diversas tipologias) e de acesso (material, institucional e financeiro). Atractividade sem conectividade conduz os territórios a situações de *lock-in* económico, social e político; enquanto que proximidade sem acesso conduz os territórios a desequilíbrios sociais e institucionais graves:

as comunidades encontram-se geograficamente próximas dos bens, equipamentos e/ou serviços, mas por múltiplas razões (materiais, físicas, cognitivas) não lhes conseguem aceder (no sentido concreto de utilização e consumo). Por outro lado, conectividade sem atractividade, e acesso sem proximidade, fazem de nós apenas consumidores virtuais sem participação sobre a *função de produção territorial* e os seus impactos, nomeadamente em termos de dinâmicas de conhecimento e de inovação e do aproveitamento das diversas curvas de aprendizagem inerentes às suas actividades e processos.

A coevolução da eficiência e da equidade conducente a acréscimos irreversíveis de C&CT exige, por isso, o envolvimento total e esclarecido dos diversos actores regionais e nacionais e, em algumas circunstâncias, mesmo dos actores supranacionais. Por outro lado, o conhecimento e a sua gestão têm vindo a ganhar importância enquanto recurso essencial na produção e distribuição de riqueza dos diferentes territórios (Lorenz e Lundvall, 2006; Lundvall e Johnson, 1994; OCDE, 1996; Foray, 2006), assim como na concepção da política pública (mecanismo essencial na prossecução de objectivos económicos e sociais que emanam directamente do território e os seus agentes) (EU, 2010; Ferrão, 2011). Deriva, logicamente, destas considerações que os projectos que pretendam contribuir para aumentar a C&CT devem suportar a sua orgânica em dinâmicas de aprendizagem, de conhecimento e de inovação (Cappellin e Wink, 2009; Lundvall, 2006).

Ora, a questão essencial, em termos de investigação e conceptualização do espaço de intervenção (política pública e empresarial) nesta dinâmica de desenvolvimento, passa pela capacidade de cruzar este processo (desde a sua natureza até à natureza dos seus processos) com a concepção de território explicitada, definindo modelos e mecanismos susceptíveis de gerir as tensões e os dilemas inerentes à complexidade de um processo de desenvolvimento regional, ou mais concretamente, de potenciar para níveis mais elevados a competitividade e a coesão *territorial*. Cada experiência territorial é, assim, uma tentativa de apropriação *territorial* relativa ao controlo de algumas das dimensões mais relevantes do processo de desenvolvimento, por via da gestão eficaz das tensões inerentes ao desenvolvimento regional.

2.2 Recursos Perfeitos, Singularidades e Turismo

A intervenção no processo de C&CT tem como objecto os recursos e os processos que lhe estão associados e, necessariamente, a sua forma de relacionamento. Um dos argumentos principais que se deseja apresentar e explorar defende que a natureza dos recursos e a coerência dos processos condiciona a estratégia de C&CT, uma vez que a dimensão territorial que pode surgir da sua articulação potencia a diversa tipologia de ganhos de C&CT. Relativamente aos recursos, importa avaliar em que medida existem, onde estão, saber se é possível mobilizá-los para os nossos objectivos e definir claramente a sua natureza. Neste âmbito, os recursos não têm todo o mesmo potencial para de igual forma atingir os objectivos em causa. Há, por isso, recursos mais apropriados do que outros, ou seja, são mais ou menos perfeitos, na acepção que desejamos introduzir nesta abordagem. A nossa proposta passa por classificar um recurso em termos do seu grau de perfeição (Nunes e Sousa, 2017). Para isso, sugere-se que um *recurso perfeito* tem sete características:

1. Escasso em termos globais
2. Abundante em termos locais
3. Controlo local do recurso
4. Enraizamento territorial (difícil imitação e deslocalização; aspectos identitários)
5. Efeitos multiplicadores (diretos, indiretos e induzidos)
6. Utilização obriga à preservação (sustentabilidade)
7. Procura global (viabilidade)

O conceito de recurso perfeito é central na nossa abordagem. Importa, por isso, deixar algumas notas sobre este conceito. Os *recursos perfeitos* não têm uma natureza binária, nem estática ou absoluta no tempo e no espaço e da mesma forma que podem ser aperfeiçoados, também podem perder perfeição. Os *recursos perfeitos* são uma possibilidade entre várias, que resulta de uma construção política, económica e social. Um outro aspecto importante decorre da possibilidade de, num momento do tempo, os agentes locais deterem os mecanismos de controlo de um recurso perfeito. Contudo, isso nada nos diz sobre a nacionalidade e a racionalidade desse controlo, isto é, a existência do recurso pode não garantir a sua

exclusividade. Recursos perfeitos que não são aproveitados pela comunidade local acabam por ser explorados por agentes fora da comunidade, com perda de controlo das dinâmicas de apropriação de valor económico e, normalmente, não salvaguardando as condições de preservação e sustentabilidade dos recursos. Adicionalmente, deve salientar-se que a partir de *um determinado grau de perfeição* os recursos começam a atrair as atenções dos diversos agentes económicos (nacionais e internacionais) e o grau de mobilidade internacional irá rapidamente traduzir-se num jogo de concorrência pela competência. Por outro lado, a procura global, e o valor de mercado que esta lhe atribui, determina o limiar económico (mínimo e máximo) de um recurso perfeito. Finalmente, a preservação de um recurso perfeito não depende, necessariamente, da dinâmica da procura (mercado). As dinâmicas de viabilidade económica e de preservação são auto-reforçantes embora largamente independentes, quer nas estratégias quer nos mecanismos que as suportam e nos agentes que as corporizam.

Relativamente aos processos e à sua eficácia, defende-se que a eficácia do processo de intervenção sobre um recurso perfeito será tanto maior quanto maior for também a sua coerência *territorial*. A coerência *territorial* (geográfica, económica e institucional) do processo que pretende intervir no âmbito de um recurso (mais ou menos perfeito) resulta da articulação e integração *territorial* de três componentes que permitem conferir operacionalidade ao conceito:

- i. *Governance* destes territórios (coordenação de processos, estratégias e racionalidades subjacentes ao capital político-institucional);
- ii. As diferentes bases de conhecimento e os modos de aprendizagem correspondentes;
- iii. A estrutura económica e social regional.

Em síntese, estas três dimensões devem fazer emergir uma massa crítica mínima de actores, estratégias e meios que conferem coerência *territorial* ao processo de transformação de um recurso com potencial numa concretização económica e social. Não se trata, evidentemente, de uma coerência genérica; cada território constrói a sua coerência *territorial* de acordo com os seus objectivos e os recursos inerentes à sua prossecução, suportados num quadro político-institucional favorável a essa construção. A construção da coerência territorial contribui para a qualificação do grau de perfeição

de um recurso e a política pública emerge como condição necessária ao processo.

Está-se agora em condições de apresentar um novo conceito, o conceito de singularidade¹ económica (ver, por favor, figura 1). Nestes termos, uma singularidade económica emerge quando é possível identificar um recurso perfeito e conferir-lhe coerência territorial. Por sua vez, a singularidade económica pode, em algumas circunstâncias, apresentar uma característica económica estruturalmente diferenciadora: a produção e o consumo são mediados pela proximidade territorial, isto é, concretizam-se (determinam-se) num mesmo ponto do espaço. Neste caso, está-se perante uma singularidade *territorial*². Do ponto de vista conceptual, deriva logicamente da exposição supra que o potencial de ambas as singularidades para atingir níveis elevados de C&CT é máximo. Máximo no sentido em que o equilíbrio entre competitividade e coesão entretanto atingido fica associado a níveis de elevada irreversibilidade territorial, no que diz respeito à potencial desestruturação desse equilíbrio. Dito de outro modo, a C&CT obtida através de singularidades é mais sustentável – económica e socialmente – do que aquela obtida através de processos exógenos de dinamização económica.

A figura 1, analisada no sentido dos ponteiros do relógio, ajuda a ilustrar estes conceitos. Em termos genéricos, a dinâmica económica resulta da capacidade de combinar recursos e processos de modo a produzir bens e serviços de modo eficiente. Contudo, se se introduzir uma diferenciação entre T – territorial e SRT – sem referência territorial, em cada uma das dimensões consideradas, qualificando-as de acordo com o quadro conceptual desenvolvido até agora, obtém-se um resultado bastante diferente: à medida que os recursos ganham perfeição, que os processos ganham coerência territorial e que a produção se enraíza no território, a dinâmica económica ganha contornos de uma singularidade económica³. Se, em seguida, se introduzir a dimensão associada ao consumo (com idêntica diferenciação) emerge,

¹ A singularidade – roubada à física – é aqui usada, em termos metafóricos, como forma de representar um ponto de densidade elevada, uma concentração elevada de massa – recursos e processos – num território.

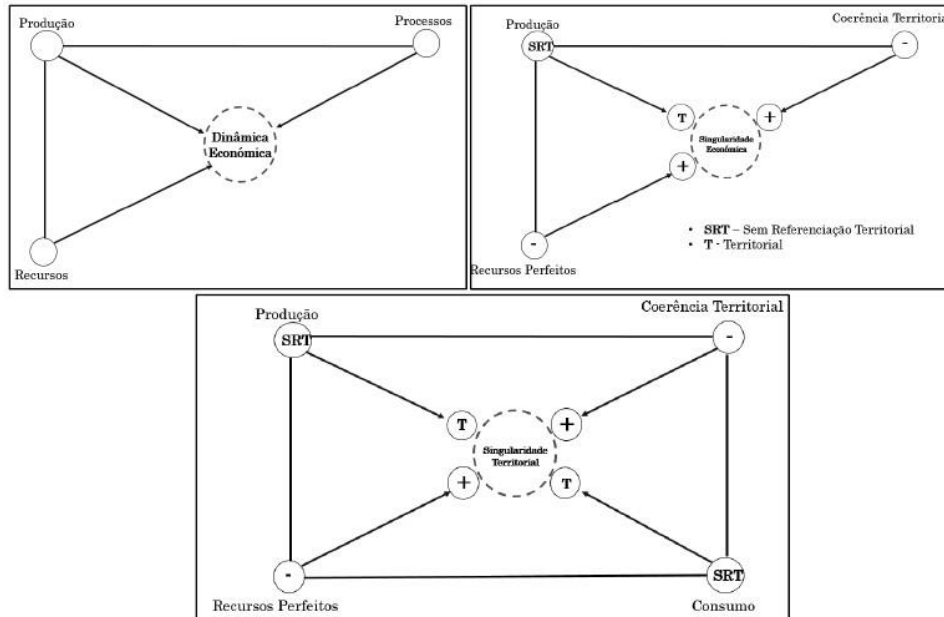
² Uma singularidade territorial é um caso particular de uma singularidade económica.

³ Por exemplo, um *cluster* industrial pode configurar uma singularidade económica.

potencialmente, uma singularidade territorial que, também potencialmente, tem elevada pro-

bilidade de contribuir para ganhos qualificantes e menos irreversíveis de C&CT.

Figura 1 - Conceptualização de singularidades



Fonte: Elaboração própria

Na abordagem que se tem vindo a desenvolver, o turismo é considerado um sector da economia (Song *et al.*, 2012). Contudo, como qualquer sector da economia e das suas actividades conexas, possui especificidades que condicionam objectivamente as intervenções no seu domínio, seja da política pública, seja da política empresarial ou dos modos de inovação (Hjalager, 2010; Nordin e Hjalager, 2017). Qual é a principal especificidade do turismo, enquanto actividade económica? Esta questão pode ter múltiplas respostas, embora na nossa perspectiva o elemento central é que o turismo é produzido e consumido num território específico. Ao contrário da generalidade dos bens e serviços económicos, onde o consumo e a produção podem estar – e geralmente estão – funcionalmente separados, ou em territórios diferentes, o turismo não possui estruturalmente essa característica; pelo contrário, o turismo – e o seu valor acrescentado, nomeadamente em termos dos seus efeitos multiplicadores – determina-se, quantifica-se e qualifica-se territorialmente. Esta especificidade, raramente explicitada, tem consequências profundas, tanto do ponto de vista teórico como empírico. Relativamente aos nossos objectivos, a principal consequência é que o turismo pode configurar uma singularidade territorial, isto é, pode configurar uma manifestação de ubiquidade económica (produção e consumo) num

mesmo território, a partir de uma integração coerente, partilhada e desejada de *recursos perfeitos* com *coerência territorial*.

Resulta desta perspectiva que, por um lado, se se procurar dinamizar o processo de C&CT através do turismo, essa intervenção será tanto mais eficaz quanto mais nos aproximarmos do conceito de singularidade territorial e a concretização desse potencial é um desafio para investigadores, políticos, empresários e comunidade em geral; por outro lado, o turismo tem uma dimensão territorial inequívoca. A contribuição do turismo para ganhos de C&CT é, pelas razões apresentadas, resultado de estratégias conceptualmente partilhadas e conjuntamente implementadas. Isto significa que a contribuição do turismo para a C&CT não é apenas – ou sobretudo – o resultado de empresas de turismo inovadoras e competitivas. É o resultado dessa competitividade integrada num quadro económico com coerência territorial e, tanto quanto possível, construído a partir de recursos territorialmente aperfeiçoados.

2.3 O turismo, a institucionalização do valor e a política pública

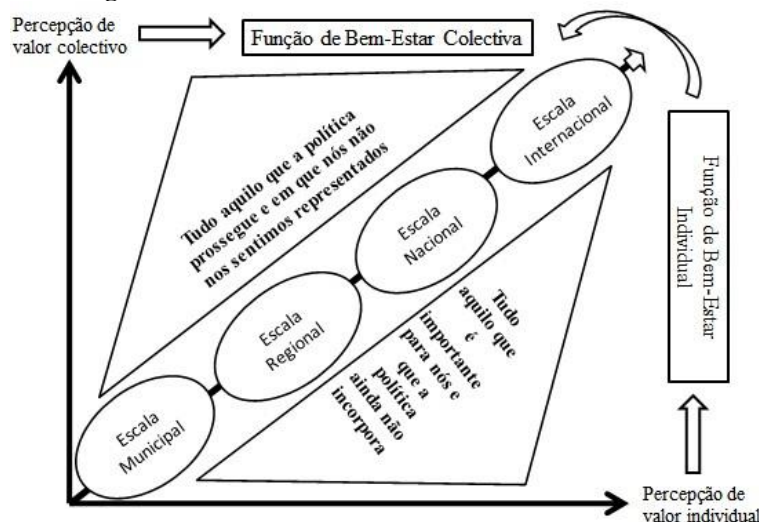
Afirmou-se na secção anterior que a construção da coerência territorial contribui fortemente para a qualificação do grau de perfeição de um recurso e, neste âmbito, a política públi-

ca emerge como condição necessária ao processo. Arrisca-se aqui o argumento de que não haverá dimensão da competitividade do turismo que não dependa directa ou indirectamente da política pública (Kennell e Chaperon, 2018; Bellini *et al.*, 2017), entendida como um mecanismo essencial de prossecução de objectivos económicos e sociais que emanam de um território. Contudo, nem sempre o que tem valor para cada um de nós, ou mesmo de forma colectiva para alguns de nós, é objecto de ações de política pública. A evolução da percepção de valor individual até à concretização de valor colectivo objecto de política pública não é uma tarefa fácil e consegue-se, nomeadamente, através de mecanismos de institucionalização de valor. Muitas vezes somos leva

dos a reconhecer que existem recursos com elevado potencial de concretizações económicas e sociais nos territórios, mas cuja operacionalização tarda em acontecer. Tal dificuldade justifica-se, na nossa perspectiva, pela insuficiente institucionalização do valor desses recursos na sociedade, nomeadamente consubstanciando opções de política pública.

Nunes (2010; 2011) desenvolveu um modelo de análise e tomada de decisão para relacionar a evolução de uma função de bem-estar individual para uma função de bem-estar colectiva através da institucionalização do valor. A figura seguinte ajuda a ilustrar o argumento principal.

Figura 2 - Modelo de Análise e Tomada de Decisão



Fonte: Nunes (2011)

Seguindo Nunes (2010; 2011), no eixo horizontal está representada a Percepção de Valor Individual, isto é, a importância que nós, enquanto indivíduos, damos a um determinado fenómeno. Essa importância aumenta à medida que nos deslocamos da esquerda para direita ao longo desse eixo horizontal. Por sua vez, esta percepção traduz-se numa função de bem-estar individual que integra a hierarquização das nossas preferências (saúde, educação, trabalho, justiça, lazer, segurança social...) ponderados pelas diversas restrições que a sociedade nos coloca (orçamentais, culturais, históricas, legais, acesso ao conhecimento, etc.).

No eixo vertical está representada a Percepção de Valor Colectivo. Grupos distintos den-

tro da sociedade – seguindo a metodologia de comportamento explicitada para os indivíduos – organizam-se em torno de interesses comuns e, para um determinado fenómeno, o valor que lhe reconhecem aumenta à medida que subimos no eixo vertical. Deduz-se então uma função de bem-estar colectiva que hierarquiza, também, as vontades de grupos da sociedade que se organizam de acordo com diferentes tipos de regras e procedimentos. Ora, a forma de prosseguir os dois tipos de funções é, como se imagina, muito diferenciada, nomeadamente no que concerne às estratégias e aos instrumentos.

A evolução faz-se do valor individual para o valor colectivo e, finalmente, para uma re-

apresentação política desse valor. Pensemos agora na diagonal da figura. Sobre essa diagonal existe coincidência entre aquilo que tem valor para nós enquanto indivíduos e a valorização que a sociedade faz, de forma colectiva, sobre o fenómeno em causa. Estão, então, reunidas as condições mínimas para que de forma colectiva se possam prosseguir os objectivos que nós prosseguimos enquanto indivíduos. Essas soluções revestem-se, preferencialmente, por opções de política mais ou menos formais. Facilmente se compreende que o triângulo abaixo da diagonal representa tudo aquilo que nós valorizamos e desejamos individualmente e que ainda não se encontra reflectido nos interesses colectivos da sociedade. Por outro lado, o triângulo acima da diagonal representa tudo aquilo que a sociedade prossegue por via de uma determinada política, mas na qual o indivíduo (ainda) não se sente representado. Os conflitos entre indivíduos e grupos e mesmo entre concepções diferentes da sociedade e a forma de os solucionar, nada mais são do que os confrontos sucessivos em diferentes tempos e espaços desta dinâmica de aprendizagem individual e colectiva. Podemos dizer que, deste ponto de vista, a sociedade é uma amálgama de motivações em permanente contradição e a natureza da sociedade (actual e num futuro próximo) é resultado da evolução destas dinâmicas.

Finalmente, sobre a diagonal principal temos as diferentes escalas territoriais (interdependentes, com os correspondentes órgãos de poder) onde podem ocorrer equilíbrios e desequilíbrios entre os diferentes agentes que já identificámos. As políticas não têm todo o mesmo âmbito, nem os agentes que as prosseguem têm todos as mesmas competências, embora tenham todos a mesma legitimidade para as implementar. São os modos de governança (partilhada e territorialmente integrados) que contribuem fortemente para que os territórios atinjam níveis mais ou menos elevados de C&CT.

A institucionalização do valor, isto é, transformação de um valor individual em valor colectivo, enquadrado pela política pública, é a condição mínima para que recursos e estratégias diferenciadas estejam em condições de igualdade relativamente às diferentes opções de política. Esta linha de argumentação é particularmente válida no turismo em geral, nomeadamente se entendido enquanto singularidade territorial, e nas suas dimensões emergentes

em particular, onde a necessidade de materialização e consolidação institucional mais se fazem sentir, como é o caso do turismo científico. Não é possível que recursos potencialmente perfeitos possam progredir para singularidades territoriais, sem a coerência territorial que lhe é conferida pela política territorial que a consubstancia em última instância e como síntese territorial do valor colectivo dos recursos perfeitos. O turismo científico é uma dessas dimensões emergentes, da qual se fará uma breve análise de seguida.

2.4 Turismo Científico

O turismo científico suporta-se no princípio geral de que os indivíduos se deslocam com o objectivo de fazer investigação científica, nas suas mais diversas manifestações. O turismo científico é, segundo Bourlon *et al.* (2011), uma actividade geradora de conhecimento e de mediação cultural. Bourlon *et al.* (2011) conceptualizam o turismo científico através da articulação da dimensão científica e da dimensão associada à mobilização pessoal para desenvolver as diversas actividades. Dessa articulação, como se pode observar na figura 3, resultam quatro possibilidades: turismo de investigação científica, eco-voluntariado científico, turismo cultural com dimensão científica e turismo de aventura com dimensão científica. Dentro destes quatro grupos podem desenvolver-se diversas tipologias de turismo científico, tal como descrito na figura 4.

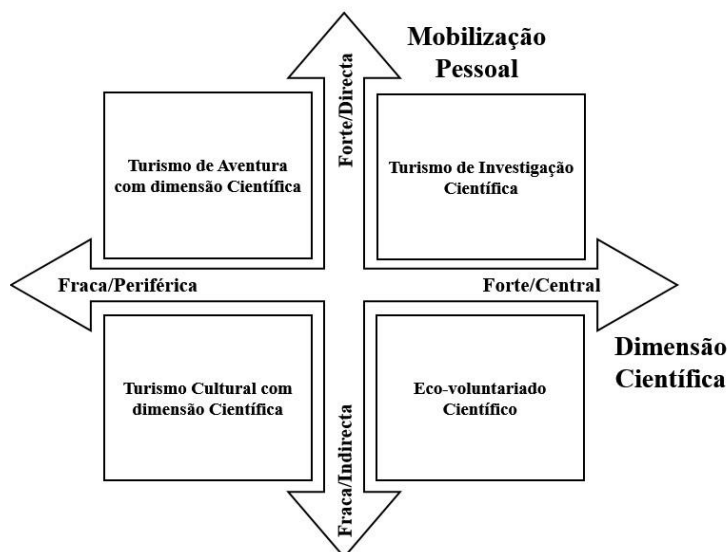
Resulta daqui que o turismo científico se reveste, enquanto actividade económica, de uma natureza cumulativa e biunívoca, contribuindo para o crescimento sustentável dos territórios, muitas vezes fragilizados e com ausência de activos e/ou acessibilidades procurados pelo turismo de massas, através de processos incrementais de competitividade e coesão territorial, ao invés alicerçados na singularidade, no conhecimento, na investigação e na inovação. Natureza cumulativa, porque se faz com base em processos evolutivos e tem como objecto recursos únicos de base territorial local, cuja produção e consumo se efectivam no mesmo espaço, que, por sua vez, capitaliza, quer por via do investimento em conhecimento e inovação que neles é integrado, preservando-os, quer por via da geração de novos conteúdos para investigação, valorizando-os.

Natureza biunívoca, porque paralelamente, e adaptando aqui os conceitos da Ecologia,

também o consumidor, enquanto parte integrante do ecossistema formado pelo binómio

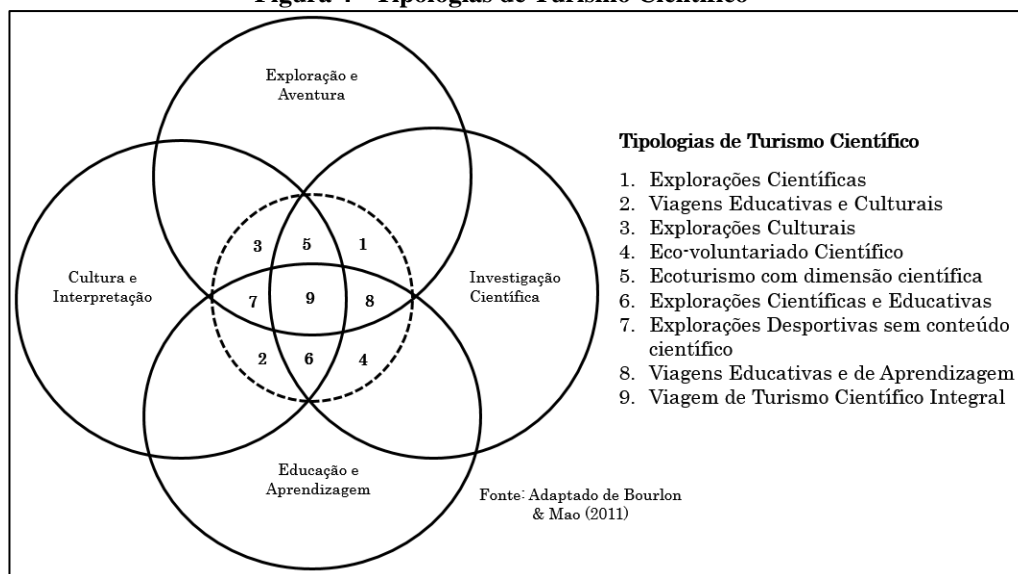
turista/recurso, usufrui das relações de cooperação que se constroem (em que ambos os

Figura 3 - Turismo Científico e dimensões de análise



Fonte: Adaptado de Bourlon *et al.* (2011)

Figura 4 - Tipologias de Turismo Científico



“indivíduos” tiram proveito da relação, produzindo e absorvendo externalidades positivas), na medida em que adquire o conhecimento produzido (dimensão científica) e satisfaz a sua motivação (mobilização pessoal), contribuindo também ele com *inputs* para aqueles fins de preservação e valorização do próprio recurso.

Acresce o facto, a que também o turismo científico não é alheio, do papel estratégico da actividade turística no desenvolvimento local (ver, por exemplo, Bernardino *et al.*, 2018), pelo envolvimento de diferentes tipos de

parceiros públicos e privados (Eusébio *et al.*, 2014), e, conseqüentemente, pela dinamização de outras actividades económicas complementares (ver, por exemplo, Rebocho, 2017), sendo que no caso em apreço, acresce uma aliança interativa entre o perfil de motivação lógica de valorização pelo mercado de um produto único e irrepetível e a sua capacidade de gerar conhecimento com características de fungibilidade. Desta forma, o turismo científico promove dinâmicas que são geradoras de conhecimento, preservação e valorização dos *recursos perfei-*

tos ou de mediação cultural e, simultaneamente, induzem a apropriação do seu valor económico de forma partilhada pelos actores sociais locais, devido à mobilização de agentes e à integração territorial do processo produtivo que lhe está subjacente, condições, por sua vez, favoráveis à aplicação do modelo conceptual até aqui desenvolvido.

Em síntese, esta primeira parte procurou salientar a dimensão territorial dos processos conducentes à dinamização da C&CT. Para isso, partiu-se de uma definição multidimensional de território que permitiu qualificar os recursos e a coerência dos processos com atributos dessa definição, conduzindo-nos ao conceito de singularidade territorial, como caso particular de uma singularidade económica. Por último, tomámos o turismo em geral e uma das suas manifestações em particular, como espaço intelectual de reflexão e consequente intervenção empírica, relacionando o seu êxito com a existência e a natureza da política pública que a condiciona e potencia na evolução para uma singularidade territorial. Finalmente, a abordagem que aqui se esboçou não fundamenta que apenas as singularidades territoriais têm potencial para concretizações no âmbito da C&CT; o que se defendeu, sim, é que esse potencial é mais elevado se realizado a partir de singularidades territoriais, nomeadamente se o sector económico em análise for o turismo. Simultaneamente, esta abordagem é particularmente relevante para territórios de baixa densidade económica, social e político-institucional e em dimensões emergentes de intervenção, cujo reconhecimento, consolidação e institucionalização necessitam de uma elevada mobilização individual e colectiva, de forma a que possam atingir patamares susceptíveis de se transformarem em objectos de política pública, como é o caso da área do turismo científico. A transformação de um valor individual em valor colectivo enquadrado por política pública é a condição mínima para que recursos e estratégias diferenciadas estejam em condições de igualdade relativamente às opções de política para a prosseguir. O processo de institucionalização do valor contribui, desta forma, para a coerência territorial dos recursos, nomeadamente pelo contributo que lhe é conferido pelas diferentes dimensões da política pública. Sem política pública não existem singularidades territoriais.

3. TURISMO CIENTÍFICO: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS

Partindo do quadro teórico-conceptual apresentado, far-se-á na presente secção uma breve descrição de alguns casos de estudo internacionais e experiências nacionais passíveis de nele se enquadrar, não obstante tratem-se simultaneamente de práticas já consolidadas e de iniciativas ainda em formação.

3.1 O turismo científico no Chile: a região de Aysén

A região de Aysén, igualmente conhecida como Patagónica Chilena (Bourlon *et al.*, 2011), localiza-se na zona austral do Chile efetuando fronteira a ocidente com o oceano pacífico e a oriente com a Argentina. Representa quase 15% da superfície continental e insular do país, sendo a sua 3.^a maior região com uma área de mais de 100.000 km², a qual se encontra administrativamente dividida em 4 províncias (Províncias de Aysén – capital Puerto Aysén, Coyhaique – capital Coyhaique, General Carrera – capital Chile Chico, e Capitán Prat – capital Cochrane) e dez comunidades (Pelle, 2016).

O turismo científico surge na região de Aysén como forma de desenvolvimento turístico alternativo, para territórios social, económica e ambientalmente fragilizados e desfavorecidos por via do seu isolamento, com ausência de redes infraestruturais robustas que sirvam a um turismo de massas, mas providos de recursos específicos e singulares com potencial de capitalização que promova a dupla necessidade de desenvolvimento e equidade (Bourlon *et al.*, 2011). Uma das estratégias inovadoras de diferenciação sustentável de Aysén diz respeito a uma iniciativa de desenvolvimento turístico do litoral de Aysén, associada à descoberta de um território com características únicas de património natural e cultural praticamente inexplorado e ainda por descobrir. Este é um ativo que pode contribuir, quer para o crescimento socioeconómico das comunidades locais, quer para a conservação de ecossistemas frágeis de importância mundial, valorizando e aumentando o seu conhecimento por via de uma motivação conjunta, aliado às quatro modalidades associadas ao turismo científico que referimos na

segunda secção.

Assim, tendo como essência a origem litoral da região de Aysén, nasceu o projecto *Arquipélagos Patagónicos, Destino Internacional para o Turismo Científico*, com base na aliança estratégica entre o Centro de Investigação em Ecossistemas da Patagónia e o Fundo Multilateral de Investimentos, pertencente ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, cujos conteúdos se encontram alojados através de plataforma digital criada para a partilha dos produtos turísticos e conhecimento gerado acerca da temática.

Destá forma, o Departamento de Turismo Sustentável do CIEP desenvolveu um trabalho de recolha de informação da região em parceria com os operadores da rede de turismo científico, tendo identificado cinco áreas temáticas com oportunidade de desenvolvimento, correspondentes a 5 zonas prioritárias para o turismo científico em Aysén. Em seguida, para cada uma destas áreas temáticas definidas, foram desenvolvidos conteúdos e criados produtos turísticos associados a distintos recursos e percursos a promover em cada uma das zonas prioritárias. Por outro lado, para cada produto turístico foram igualmente identificadas as áreas temáticas do conhecimento associadas ao turismo científico a praticar em cada local, possibilitando ao turista saber que percursos ou rotas existem para a área do conhecimento do seu interesse. A plataforma citada disponibiliza ainda um repositório de documentação associada ao projecto, que inclui guias de campo, mapas da região e produções científicas e académicas sobre a temática do turismo científico, para além de dedicar um espaço ao apoio à obtenção de certificação de outros projectos e iniciativas, que visem desenvolver o ramo do turismo científico, ao nível de empresas e entidades que façam parte integrante da rede de oferta de actores turísticos, de projectos científicos que incorporem turistas e/ou estudantes no seu processo de investigação, ou de produtos turísticos ou expedições de interpretação científica.

Esta é uma das experiências internacionais mais consolidadas que permite ilustrar algumas das dinâmicas e das potencialidades associadas ao turismo científico.

3.2 Outros apontamentos internacionais sobre turismo científico

Apesar do turismo científico, tal como conceptualizado no presente artigo, se tratar de

uma área de investigação ainda relativamente recente, e da Região de Aysén nos parecer ser um dos casos mais paradigmáticos da sua aplicabilidade, quer por abranger todas as suas vertentes, quer por conseguir fazê-lo num território isolado, existem outras experiências que se podem enquadrar, quando não em várias, pelo menos em alguma das tipologias identificadas de turismo científico.

Nestes termos, refira-se o caso da Cidade de Manaus, porta de entrada da floresta amazónica e capital do Estado do Amazonas (no Brasil), cujo processo de colonização remonta ao séc. XVII, e que possui actualmente uma população de cerca 1,7 milhões de habitantes, para uma área de 11.400km² (Andrade, 2008). Não obstante encontrar-se bem posicionada no *ranking* das maiores e mais ricas cidades brasileiras, bem como possuir uma elevada atractividade turística pela sua vasta diversidade natural e cultural, também associada ao ciclo de exploração da borracha e às origens indígenas, as políticas públicas não têm conseguido contrariar o seu crescimento desordenado e a desflorestação, nas áreas urbana e rural, das últimas décadas, decorrentes do modelo de desenvolvimento urbano, com elevados impactes ambientais para a área de reserva florestal (Nogueira *et al.*, 2007), onde ainda persistem os últimos indivíduos de uma das espécies de primatas mais ameaçadas do Brasil (Andrade, 2008).

Para além do apontamento atrás descrito é de destacar ainda, como forma alternativa de prática nos domínios do turismo científico, o caso do projecto TAMAR (tartaruga **marinha**), criado, em parceria com a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, há 37 anos (1980), pelo então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, actualmente incorporado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e desenvolvido em conjunto pela Fundação Pró-TAMAR (instituição privada sem fins lucrativos fundada em 1988) e pelo Centro Tamar/ICMBio (TAMAR, s/d). Neste sentido, com o propósito de reverter o processo de extinção de 5 das 8 espécies existentes, que se reproduzem no Brasil (Baptistote, 1994), para as quais as ações antrópicas estão entre as principais ameaças, foram criadas 22 bases locais do Projecto, ao longo do litoral brasileiro e ilhas oceânicas, num total de 25 localidades dos estados da Baía, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Espírito Santo,

Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina (Vale *et al.*, 2016). Neste âmbito, as equipas técnicas, auxiliadas por estagiários, pescadores, turistas e pelas comunidades locais efectuam trabalho de marcação, monitorização e telemetria de indivíduos ao longo do seu ciclo de vida, e de libertação de crias nascidas a partir de ovos previamente trasladados para centros de incubação e salvaguarda (Baptistote, 1994).

Após a apresentação das experiências internacionais mais emblemáticas, identificam-se, em seguida, algumas das experiências nacionais.

3.3 Algumas experiências nacionais no âmbito do turismo científico

A relevância que o governo nacional atribui ao turismo e à sua promoção (nacional e internacional), designadamente do turismo científico, está bem expressa nas políticas públicas que enquadram o actual quadro estratégico 2014-2020, de que é um bom exemplo a recente Resolução da Assembleia da República n.º 197/2017, de 10 de agosto. Contudo, com base na pesquisa efetuada, o acervo bibliográfico acerca da temática é ainda reduzido, facto que encontra correspondência ao nível da escassez de informação na divulgação de iniciativas desenvolvidas ou em curso. Não obstante, apresentam-se no Quadro 2 algumas práticas nacionais, cujos requisitos se encontram reuni-

dos no domínio do turismo com dimensão associada a diferentes áreas científicas.

Não sendo o objectivo principal efectuar um levantamento exaustivo das experiências aqui identificadas, poder-se-á, no entanto, considerar a título exemplificativo o caso do Arouca Geopark, para efeitos de uma breve caracterização dos principais factores diferenciadores do modelo ali desenvolvido, sinalizando-se os restantes como sugestão para eventual investigação futura. Enformado pela filosofia reconhecida pela UNESCO, subjacente à criação da Rede Europeia de Geoparques (2000), de permitir uma troca de experiências e uma promoção conjunta do conceito – território geograficamente delimitado, com uma estratégia de desenvolvimento sustentado baseada na conservação do património geológico (em associação com os restantes elementos do património natural e cultural) com vista à melhoria das condições de vida das suas populações – e de cada um dos membros da rede (Brilha, 2009), foi reconhecido, pela Rede Europeia e Global de Geoparques, em abril de 2009, o Arouca Geopark. Este Geopark tem a sua sede no Centro Interpretativo Geológico de Canelas, como membro de uma rede que conta actualmente com 120 Geoparques e 33 países, estando Portugal representado com quatro (Terras de Cavaleiros, Naturtejo, Arouca e Açores Geopark).

Quadro 2 - Algumas experiências nacionais associadas ao turismo científico

Algumas Experiências Nacionais	Objecto	Instituições
Mação	Gestão Integrada do Território	ITM; CMM
Cantanhede	Biocantanhede	Biocant; Centro de Ciência Júnior
Arouca	Geossítios	Geopark
Oliveira do Bairro	Natureza, ecoturismo, religioso, industrial, aventura	CMOB+IPAM (capital Turismo Científico)
Açores	Geoparque, radiotelescópio	Governo Regional
Madeira	Mergulho, Ilhas Selvagens	Governo Regional
Roteiro Minas e zonas interesse geológico	Plataforma Digital	Empresa de Desenvolvimento Mineiro e DGEM
Entroncamento	Património Ferroviário	
Constância	Astronomia	CMC
Golegã	Pré-História	Núcleo Museológico do Centro Português de Geo-História e Pré-História
Seia	Ecosistemas, biologia	Entidade Privada
Teses de Mestrado e Livros (alguns exemplos cujo foco principal é o turismo científico)		
Sara Canilho	Portas do Rodão	
Maria João Ferreira	Universidade do Porto	
Marlene Marques	Astronomia (Coimbra)	
Rui Cardoso	Turismo Científico em Portugal: um roteiro - Férias e escolas (Ciência Viva)	

Fonte: Elaboração Própria

Como recursos específicos associados a este território identificam-se alguns apontamentos tais como o fenómeno das pedras parideiras, os fósseis marinhos de 480 milhões de anos ou a cascata da Mizarela (Oliveira, 2006). Aliados à riqueza geomorfológica e geológica da região, encontram-se ainda diferentes tipos de unidades de paisagem com uma diversidade faunística e florística de elevado valor do património português, com referência para espécies já pouco frequentes no país e em declínio na Europa, mas que ainda aí ocorrem, exemplo da raposa, do lobo, da gineta, da lontra e do gato bravo⁴. De acordo com os vestígios arqueológicos existentes, a história de ocupação do concelho de Arouca remonta aos anos 500 A.C., encontrando-se marcado pelo acumular de um vasto património, tangível e intangível, associado à evolução antrópica e cultural no território, com herança de povos como os romanos, germanos e muçulmanos. É assim, num contexto marcado pela presença quer de um património único (ambiental, geológico, cultural, histórico e cénico), quer da confluência de motivações, expressas nas políticas públicas e na agregação de actores (Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro, Minho, Porto, Aveiro, Lisboa e Madrid, Museu Geomineiro de Espanha e Câmara de Arouca), que é assinada pelo Arouca Geopark, em 2011, a *Declaração de Arouca*⁵, em que se defende o geoturismo como actividade que sustenta a identidade de um território. Finalmente, o coordenador da equipa multidisciplinar do Departamento de Geologia da UTAD, identifica como visão da estratégia de desenvolvimento territorial do Geopark Arouca *tornar-se num destino de excelência turístico e espaço de referência, nacional e internacional para a aprendizagem e aprofundamento do conhecimento científico, conjugando o património geológico com a cultura, a gastronomia e restante património natural* (Sá, 2016: 57).

4. A HIPÓTESE DO TURISMO CIENTÍFICO NA GOLEGÃ

O caso de estudo apresentado neste artigo diz respeito à Golegã. Este caso deve ser entendido como uma primeira aproximação à problemática que se tem vindo a desenvolver e também

uma primeira interpelação aos diversos actores no território (comunidade e política pública).

4.1 A Golegã na proximidade da tempestade perfeita

A hipótese de desenvolvimento de uma linha de turismo científico na Golegã encontra, do ponto de vista do enquadramento político-institucional, condições muito favoráveis, facto que nem sempre é fácil de encontrar num mesmo momento do tempo e do espaço. Em primeiro lugar, e em termos, supramunicipais, a RAR n.º 197/2017 recomenda ao *Governo a promoção do turismo científico... e que implemente um plano de ação para promover o turismo científico* assente em nove medidas. A medida n.º 4 explicita que o governo deve proceder à *identificação das autarquias com potencial para atrair turistas neste âmbito e envolvimento das mesmas na estratégia nacional de turismo*. Ainda no âmbito das competências da administração central, importa salientar uma iniciativa levada a cabo pela Secretaria de Estado do Ensino Superior e o Ministério da Cultura, designada por Diálogos Cruzados (C²), que pretende fazer uma articulação mais profunda entre a Ciência e a Cultura. De acordo com a Secretaria de Estado do Ensino Superior, *Diálogos Cruzados é composto por diversas sessões de trabalho que visam aproximar e fomentar o diálogo e a criatividade entre agentes e instituições culturais e científicas e de ensino superior, envolvendo a administração local e central, as empresas e as associações*.

Finalmente, todo o contexto da Estratégia do Turismo 2027 é particularmente favorável a esta dimensão de turismo, embora não exista nenhuma referência explícita ao turismo científico ou a alguma das suas manifestações. Em termos regionais, a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Lezíria do Tejo 2014-2020 apresenta igualmente um enquadramento favorável e conceptualmente coerente com o turismo científico. Do ponto de vista local, o cenário é semelhante. A Estratégia de Desenvolvimento Urbano e Plano de Ação para a Regeneração Urbana da Golegã para 2014-2020 apresenta três objectivos estratégicos: regenerar e dinamizar o centro da vila da Golegã atraindo novos residentes, visitantes e empreendedores, fomentar a coesão e a inclusão social e promover a mobilidade urbana sustentável e a melhoria da qualidade do ambi-

⁴ Disponível em: <http://www.cm-arouca.pt>

⁵ Disponível em <http://aroucageopark.pt>

ente urbano; nenhum deles desalinhado com a possibilidade de enquadrar político-institucionalmente o turismo científico como promotor desses objectivos.

Desta breve análise efectuada pode-se concluir que não existem quaisquer contradições que fragilizem a coerência entre a dimensão conceptual e a dimensão político-institucional na abordagem que se tem vindo a desenvolver. Pelo contrário, o enquadramento político-institucional é particularmente favorável à nossa abordagem. Em termos metafóricos, a Golegã encontra-se na proximidade de uma *tempestade perfeita*.

4.2 O potencial dos recursos perfeitos da Golegã

A Golegã tem um conjunto de recursos que de acordo com a nossa definição de *recursos perfeitos* se podem enquadrar nesta classificação e se, adicionalmente, lhes for possível conferir coerência territorial podem evoluir para uma singularidade territorial. Vejamos, em primeiro lugar de que recursos estamos a falar e das suas principais características. O quadro 3 procura realizar uma síntese sobre as principais características em análise.

4.3 Análise ao caso da Golegã

O quadro 4 procura fazer a síntese dos recursos que acabámos de caracterizar com uma classificação dos autores quanto ao seu nível de perfeição, de acordo com os critérios anteriormente explicitados. Para isso seguiu-se a seguinte metodologia. Considere-se uma matriz M, de C colunas e L linhas, tal que:

R – recursos, com $r = 1, \dots, C$

F – factores, com $f = 1, \dots, L$

x_{rf} - elemento genérico da matriz M, classificação do recurso r pelo factor f

Classificando-se cada factor de 1 – irrelevante a 5 – muito significativo, a classificação de cada recurso face ao seu grau de perfeição obtém-se através da seguinte expressão:

$$\text{Para cada } r, X_r = \frac{\sum_{f=1}^L X_f}{\max \sum_{f=1}^L X_f}, \text{ com } r = 1, \dots, C$$

Desta forma $0,2 \leq X_r \leq 1$, quanto mais X_r se aproxima da unidade maior o grau de perfeição do recurso. Apenas como ilustração, o quadro seguinte apresenta a classificação que

os autores realizaram sobre os recursos em causa.

Esta metodologia, apesar da sua subjectividade, permite salientar dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, permite identificar quais as dimensões que são susceptíveis de trabalho de aperfeiçoamento em cada um dos recursos. Em segundo lugar, permite identificar indícios que contribuam para realizar escolhas quando não se encontrem reunidas as condições para se começar a experiência pela totalidade dos recursos identificados.

Os casos identificados no quadro anterior, pelos atributos próprios que emergem da caracterização efectuada, podem ser explorados individualmente numa linha de turismo científico. Pode até defender-se, com algumas vantagens, que o seu objecto é bastante distinto. Contudo, uma análise mais profunda permite sugerir que estes *recursos perfeitos* ganham eficácia se tratados em conjunto. Porquê? Existem, essencialmente duas ordens de razões.

Em primeiro lugar, Bourlon *et al.* (2011: 21) referem que existem complementaridades e sinergias entre as diferentes formas de turismo científico e que as vantagens para o território serão potenciadas pela promoção e manutenção das diferentes formas e manifestações desta tipologia de turismo. Será possível conferir a coerência conceptual proposta por Bourlon *et al.* (2011) aos recursos em análise? Vejamos a figura 5.

Como se pode observar da figura 5, também os recursos considerados no caso de estudo da Golegã possuem um grau de articulação, mais ou menos intenso, entre a mobilização pessoal para desenvolver as actividades (forte ou fraca) e a dimensão científica (direta, central, indireta ou periférica), em correspondência com o quadro teórico de base face às diferentes tipologias de turismo científico conceptualizadas. Esta é a primeira razão.

Mas existe uma outra razão ainda mais relevante, devido às suas implicações em termos de concretização de um potencial de valor territorial. Retoma-se aqui a discussão feita na segunda secção, convocando os seus resultados. Algum trabalho de interpelação pública, sem qualquer significado estatístico, permitiu obter alguns indícios de que a percepção de valor não é similar para todos os recursos (ver quadro 5).

Quadro 3 - Características dos recursos – Golegã

	Objecto	Geografia física e administrativa	Modelo de povoamento	Aculturação
Golegã	Território	<p>Concelho com área total de 84,32 km² (95% de solo rural) pertencente à região do Ribatejo, no distrito de Santarém, e às regiões administrativas NUT III Lezíria do Tejo e NUT II Alentejo, dividido internamente em três freguesias (Golegã, Azinhaga e Pombalinho).</p> <p>Insere-se na planície aluvionar das lezírias do tejo, de paisagem plana e espraçada com zonas inundáveis atravessadas pelos Rios Tejo e Almonda e delimitada por terrenos de vegetação xerófila, onde abundam os pastos férteis e os recursos agropecuários.</p>	<p>Possui uma densidade populacional de 66,1 hab/ km2, com 5.576 habitantes, dos quais 64% se concentram na vila da Golegã, núcleo polarizador do Município e sede de concelho, onde se centralizam actividades e equipamentos.</p> <p>A restante população encontra-se distribuída por mais 6 lugares (com menos de 2.000 habitantes), dos quais se destaca, enquanto polo complementar, o núcleo da Azinhaga, essencialmente agrícola, em detrimento das restantes áreas rurais de menor expressão populacional.</p>	<p>Apresenta uma ocupação pré-histórica do período calcolítico inicial, bem como vestígios da época celta ou romana e da idade média, passando pelos assentamentos Avieiros em construções palafíticas deixadas pelas comunidades piscatórias do século XX e pela dominância histórica da cultura campina ribatejana e das dinâmicas económicas ligadas ao cavalo.</p>
	Objecto	Enquadramento	Caracterização	Singularidade
Casa Estúdio Carlos Relvas	Fotografia	<p>Imóvel icónico localizado no centro da vila da Golegã, construído por Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas e Campos, e onde habitou.</p> <p>Nascido em 1838, no concelho da Golegã, Carlos Relvas foi um abastado fidalgo, político, lavrador, criador de cavalos e cavaleiro, desportista, inventor e fotógrafo apaixonado, actividade a que se dedicou a partir dos anos 60.</p> <p>O avanço das técnicas e massificação da actividade fotográfica, levou à instalação dos primeiros verdadeiros estúdios com uma vocação comercial, que se caracterizavam pelos tetos envidraçados ou por laterais incorporando estruturas de vidro, devido às exigentes condições de iluminação através do aproveitamento da luz solar.</p>	<p>Carlos Relvas instala, numa primeira fase, um <i>atelier</i> térreo, com uma face envidraçada, em frente ao grande edifício da residência familiar, que viria a complementar na década de 70 com um estúdio de dois pisos (com câmaras-escuras, laboratórios, e recepção com sala de estar no rés-do-chão e estúdio no 1.º andar) e planta retangular.</p> <p>De arquitectura ecléctica revivalista, essencialmente marcada pelo movimento do Romantismo associado ao impulso da literatura e da imprensa, o edifício ganha um carater de originalidade e monumentalidade desde o seu desenho sugestivo de um templo, ao telhado de configuração oriental, passando pelas linhas neogóticas, estruturas em ferro fundido e envidraçadas, rendilhados góticos, apontamentos mitológicos, estátuas greco-romanas ou motivos mouriscos, a que se alia o embelezamento cénico do jardim.</p>	<p>A par do seu contributo na arte de fotografar, contribuiu para o avanço da técnica ao nível da fototipia, da estereoscopia e da focagem fotográfica, deixando ainda um espólio de 12.000 negativos em vidro, objecto de um processo de restauro e digitalização que levou cerca de 13 anos a concluir.</p> <p>O legado de Carlos Relvas tornou-se num centro social de referência internacional, enquanto monumento evocativo da expressão fotográfica, de cenários e personagens, singular pela cultura elo de ligação artística, técnica e científica.</p> <p>A particularidade de resistir praticamente intacto e com o espólio e mobiliário original torna-o parte dos escassos casos de estúdios musealizados que se têm conservado ao nível mundial, tendo sido objecto de publicação como Imóvel de Interesse</p>

<p>Paul do Boquilobo</p>	<p>Natureza</p>	<p>A Área Protegida do Paul do Boquilobo (PB), classificada como Reserva Natural (RN) ao nível nacional em 1980 (Decreto-Lei nº 198/80, de 24 de junho), foi a primeira área protegida portuguesa a ser declarada e integrada pela UNESCO, em 1981, na Rede Mundial de Reservas da Biosfera.</p> <p>Posteriormente, em 1991, 1996 e 1999, foi ainda considerada em termos internacionais e comunitários como Biótopo CORINE, Zona Úmida de Importância Internacional ao abrigo da Convenção de Ramsar e Zona de Proteção Especial de avifauna no âmbito da REDE NATURA 2000.</p> <p>Estas classificações resultaram do reconhecimento relativo à relevância dos seus habitats e das suas espécies.</p> <p>A RNPB conta atualmente com 5.896 ha classificados, e situa-se, quase na sua totalidade, no concelho da Golegã, abrangendo as freguesias da Golegã, Azinhaga e Pombalinho, bem como uma pequena parte no concelho de Torres Novas, freguesia de Riachos.</p>	<p>Planície aluvial recortada por galerias ripícolas e densos núcleos arbóreos de freixos, salgueiros, caniçais e bunhais nas zonas mais inundáveis, que delimitam várzeas circundadas por montados e pastagens.</p> <p>Subdivide-se em três zonas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - nuclear, de proteção integral e parcial, com função de conservação da biodiversidade e investigação científica; - de uso extensivo, com zonas tampão de proteção complementar onde se desenvolvem a produção florestal, as pastagens e a agricultura em zona inundáveis; e, - de intervenção específica, de transição entre os terraços fluviais e os aluviões da lezíria, onde se pratica uma agricultura com práticas sustentáveis e onde se incluem também os aglomerados urbanos. <p>Desenvolvem-se ainda, com elevado grau de inovação, tecnologia e conhecimento, actividades nas áreas de anilhagem de aves, observação ornitológica, monitorização da qualidade da água, vigilância da natureza, medidas de promoção da biodiversidade nas actividades agrícolas e florestais, sensibilização ambiental, produção de acervo científico e de valorização dos produtos e</p>	<p>É o maior ecossistema aquático representativo de zonas húmidas interiores, habitats em declínio acentuado.</p> <p>Estão inventariados dez habitats naturais inscritos na Diretiva Habitats, dos quais cinco são de água doce (incluindo um habitat prioritário de águas paradas), um de formações herbáceas, e três florestais.</p> <p>Sem prejuízo de uma elevada biodiversidade ao nível da fauna em geral, as aves constituem o seu principal valor, algumas, espécies raras em Portugal e na Europa, albergando o mais importante garçal do território português, espécies de colhereiros e outras aves migratórias do continente africano quer do norte da Europa e que nela ocorrem ou nidificam.</p> <p>Por outro lado, também várias espécies de peixes utilizam o paul para desova, sendo de destacar endemismos lusitanos (ruivaco e boga-portuguesa), ou espécies de anfíbios e répteis, com destaque</p>
<p>Objecto</p>	<p>Enquadramento</p>	<p>Caracterização</p>	<p>Singularidade</p>	
<p>Casa Saramago</p>	<p>Cultura</p>	<p>A Azinhaga é a segunda maior freguesia do concelho da Golegã, onde, em 1922, nasce José de Sousa Saramago.</p> <p>Filho de camponeses de poucas posses que terão emigrado para Lisboa, quando tinha apenas dois anos de idade, Saramago manteve no entanto ligação aos seus avós maternos, na aldeia onde nasceu, tendo igualmente vivido em Lisboa e na ilha de Lanzarote.</p> <p>Em abril de 2017 a Fundação José Saramago (FJS), instalada na Casa dos Bicos, em Lisboa, inaugura a extensão localizada na casa onde nasceu o autor, na Azinhaga, encontrando-se também representada na biblioteca da sua casa em Lanzarote.</p>	<p>Desempenhou diversas funções, desde funcionário da saúde e da previdência social, a tradutor (com mais de 70 livros traduzidos), editor, jornalista, assessor ministerial, presidente da Sociedade Portuguesa de Autores e escritor.</p> <p>Foi no entanto na área da escrita literária que se veio a consagrar como referência mundial, graças ao seu contributo único no domínio da poesia, romance e narrativa, por sua vez, com influência nas áreas do teatro, da música e do cinema, autor controverso e de escrita intervencionista em nome dos direitos humanos.</p> <p>Na vida literária de Saramago podem identificar-se três grandes ciclos de produção: 1947-1953; 1966-1979; e, 1980-2010, sendo este último o período que marca o estilo de ficção novelesca saramaguiano que continuará até à sua morte.</p>	<p>É distinguido com inúmeros galardões, títulos honoríficos e prémios ao nível literário, com relevância para as 39 nomeações Doutor Honoris Causa em universidades de 17 países, para o Prémio Luís de Camões em 1995 e, finalmente, a atribuição do Nobel da Literatura em 1998.</p> <p>O projecto de recuperação e musealização da Casa Saramago, no Largo da Praça da Azinhaga, foi encetado através de uma parceria estabelecida entre a respectiva Junta de Freguesia, a FJS e a Câmara Municipal da Golegã.</p> <p>Dispõe, no rés-do-chão, de uma biblioteca que disponibiliza todo o acervo literário do autor em várias línguas, uma livraria, um auditório para actividades culturais e um cibercafé. No primeiro andar é evocado o ambiente vivido por Saramago com os avós durante as férias passadas até aos seus 15 anos de idade, com a recriação dos espaços e recuperação de alguns objectos.</p>

Cavalo	Economia	<p>A histórica evolução da estrutura produtiva do concelho da Golegã, em torno das actividades agrícolas e da indústria pecuária, com preponderância para a produção e criação de cavalos, originou um forte enraizamento das actividades e tradições associadas à fileira do cavalo como produção/criação cavalara, equitação, competição desportiva e realização de eventos etnográficos culturais.</p> <p>Intitulada como Capital do Cavalo, berço dos cavalos lusitanos “Veiga” (cavalos de toureiro por excelência), desenvolvidos pelo lavrador e zootécnico Manuel Tavares da Veiga, constitui um potencial de mercado para os utilizadores do Cavalo (com especial destaque para a raça puro sangue Lusitano), resultante da concentração de um conjunto assinalável de infraestruturas, equipamentos, serviços de excelência, iniciativas e eventos, que gravitam em torno das diversas actividades com valor económico a ele associadas, como serviços de alimentação, tratamento, higiene e assistência veterinária de animais, transporte, melhoramento genético e apuramento de raça, fabrico artesanal de material de equitação e adornos, turismo equestre, alojamento hoteleiro, restauração, entre outras.</p>	<p>Várias iniciativas em torno da fileira do cavalo são dinamizadas, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o certame anual da Expoégua, durante o mês de maio, que se dedica à mostra de éguas e poldras de todas as raças e que integra a Romaria de São Martinho; - a “Feira Nacional do Cavalo” (desde 1972, então Feira de São Martinho, que remonta a 1571, e a que se veio juntar a “Feira Internacional do Cavalo Lusitano”), anual (na 1.ª quinzena do mês de novembro), no Largo do Arneiro; - animação regular de Concursos de Atrelagem de Tradição (disputados por cavalos, coches e carruagens a partir da Quinta da Broa, num percurso total de 14 quilómetros, com provas de superação e mestria); - inauguração do complexo multifuncional Equuspolis, Localizado na Horta da Baralha, dedicado ao cavalo e às artes plásticas; - infraestruturação de circuitos equestres integrantes do mapa turístico do concelho; - projecto <i>Pegaso</i>, entre Portugal, Espanha, Inglaterra e Irlanda, no âmbito da Iniciativa Interreg III B “Espaço Atlântico”, de reforço do cavalo enquanto identidade com atrativo turístico; - projecto <i>Euro Equus</i>, entre Espanha, Portugal, Bélgica e República Checa, para a valorização de regiões equestres e preservação da herança cultural europeia. 	<p>O concelho da Golegã constitui-se como o maior “entrepasto comercial” do puro-sangue lusitano a nível mundial, onde se apresentam os criadores e onde se transacionam os seus exemplares para todo o mundo.</p> <p>As capacidades competitivas na fileira do cavalo, quer no mercado nacional, quer internacional, têm atraído milhares de visitantes, de entre os quais oriundos de países como Espanha, Itália, França ou dos países nórdicos com tradições equestres, começando a fazer parte de rotas internacionais ligadas ao turismo equestre, e das ofertas turísticas.</p>
---------------	----------	---	---	--

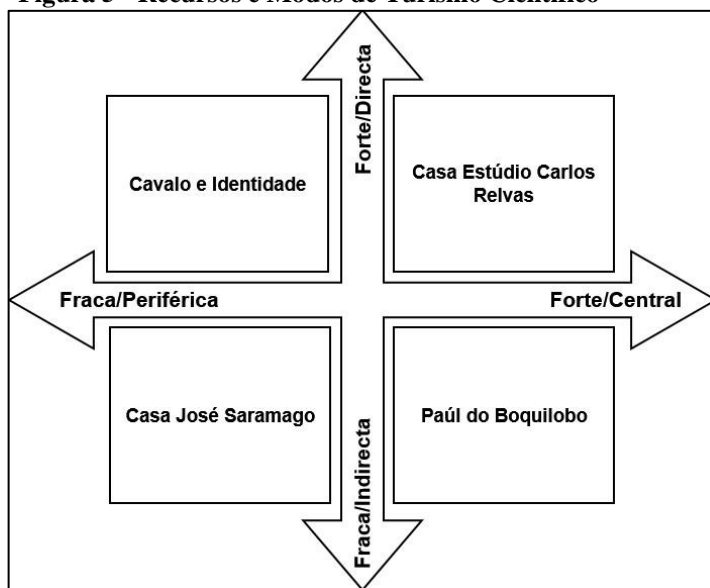
Fonte: Adaptado de Nunes e Sousa (2017).

Quadro 4 - Grau de perfeição dos recursos

	Casa Estúdio Carlos Relvas	Paul do Boquilobo	Casa Saramago	Cavalo
Escasso em termos globais	5	3	3	4
Abundante em termos locais	5	5	5	5
Controlo local do recurso	5	4	2	5
Enraizamento territorial	5	4	4	5
Efeitos multiplicadores	2	3	2	4
Utilização obriga à preservação	4	4	3	3
Procura global	3	3	2	4
$\sum_{f=1}^L X_f$	29	26	21	30
$\max \sum_{f=1}^L X_f$	35	35	35	35
$0, 2 \leq X_r \leq 1$	0,83	0,74	0,60	0,86

Fonte: Elaboração própria

Figura 5 - Recursos e Modos de Turismo Científico



Fonte: Elaboração própria

Quadro 5 - Percepção de valor e recursos perfeitos na Golegã

Recursos/objecto	Percepção de Valor			Preponderância
	Individual	Colectivo/Social	Político	
CE Carlos Relvas: Fotografia	+++	+	++	Individual
Paul do Boquilobo: Natureza	++	+	++++	Política
Golegã: Cavalo	++++	+++++	++	Colectiva/Social
Casa Saramago: Cultura	+	+	+	??

Legenda: de pouca relevância (+) a muita relevância (+++++)

Fonte: Elaboração própria

O recurso ganha perfeição e o processo ganha coerência territorial à medida que se articulam as três dimensões de valor: individual, colectivo e político-institucional, isto é, à medida que se institucionaliza o valor colectivo dos recursos. A consideração das três dimensões obriga a *sentar à mesma mesa* (mesmo que, legitimamente, com objectivos distintos) o valor individual, o valor colectivo e a representação política do valor colectivo (corporizado pela política pública). Sem a coerência territorial que resulta da superação destes dilemas e a gestão destas tensões não será possível construir recursos perfeitos e transformá-los em singularidades territoriais capazes de dinamizar com elevados níveis de eficácia a C&CT. Dito de outra forma, existem recursos com níveis elevados de perfeição que podem ser explora-

dos numa linha de turismo científico e se for possível conferir-lhe coerência territorial pode-se estar próximo de uma singularidade territorial.

Logo, a hipótese proposta neste artigo parece ter potencial para se (vir a) localizar na diagonal da figura 2. Onde? Numa iniciativa de âmbito local ou de âmbito superior? A resposta a esta questão deve ser dada pela comunidade, embora a discussão possa ser desencadeada pela política pública e/ou pela academia. Nunca se pode esquecer que as instituições científicas (onde se inserem as instituições de ensino superior) são agentes incontornáveis das múltiplas dinâmicas associadas ao turismo científico.

Em face do que se acabou de defender, podem ainda encontrar-se alguns argumentos que

favoreçam a criação e o desenvolvimento de uma linha de turismo científico, não só na Golegã, mas igualmente em outros territórios nacionais. Em primeiro lugar, o turismo científico insere-se numa dimensão estratégica do país e da região – o Turismo – diversificando-a, através do aprofundamento das dinâmicas inerentes à especialização inteligente. Se se pensar, por exemplo, nos objectivos do programa *C²*, uma linha de turismo científico permite não só articular a ciência com a cultura de forma coerente, explícita e directa, como também integrar territorialmente comportamentos e experiências associados à cultura científica, podendo mesmo levar ao desenvolvimento de novos produtos, ajudando a promover por esta via vários objectivos da RAR já referida.

Em segundo lugar, o turismo científico é transversal a outras tipologias de turismo, mas com potenciais efeitos positivos na estrutura económica e social do território, por via da aplicação da investigação nesses domínios. O turismo científico é, simultaneamente, objectivo e instrumento – característica explosiva deste projecto –, uma vez que é objecto de investigação, mas pode e deve igualmente contribuir para modificar e fortalecer a estrutura económica regional (relações da investigação com a estrutura produtiva local existente e/ou a potenciar, criando novo conhecimento e integrando-o nas dinâmicas territoriais).

Finalmente, é uma linha de turismo ainda pouco explorada, configurando uma hipótese alternativa (embora transversal) ao turismo de massas, que pode contribuir para consolidar uma massa crítica de procura que ajudará a viabilizar e a aprofundar os níveis de especialização de investimentos já existentes (equipamentos, infraestruturas, tecnologias) e que, adicionalmente, se pode explorar isoladamente na Golegã ou em articulação regional.

5. CONCLUSÃO

Este texto procurou dar contributos em dois domínios distintos, embora interdependentes: o

domínio teórico-conceptual e o domínio empírico. Da articulação de ambos, pode-se sugerir como principal resultado a proposta de um quadro metodológico suficientemente operativo que permite a clarificação sobre as condições susceptíveis de construir e desenvolver dinâmicas territoriais de valor económico, no caso concreto tendo como foco o turismo científico. Em termos teórico-conceptuais, a abordagem desenvolvida permitiu concluir que as dinâmicas territoriais de desenvolvimento são processos em constante evolução e dependem fortemente de mecanismos que permitam construir singularidades económicas e, no caso particular do turismo, singularidades territoriais. A competitividade e a coesão territorial dependem das dinâmicas externas que condicionam os territórios, mas dependem também em larga escala da capacidade de construção de soluções endógenas, diferenciadoras e partilhadas por toda a comunidade sob a forma de políticas públicas e modos de governância partilhados. Do ponto de vista empírico, parece pacífico que a hipótese relativa ao desenvolvimento de uma linha de turismo científico na Golegã tem bases de partida sólidas e concretas para se vir a desenvolver no curto/médio prazo. Existe um conjunto de *recursos perfeitos* que precisa de ganhar coerência *territorial*. A Golegã – e certamente muitas outras regiões portuguesas que importa identificar – encontra-se na proximidade de uma tempestade perfeita. A combinação de vontades no território determinará, num primeiro nível, a dinâmica que a nossa hipótese poderá vir a ter num futuro próximo. O passo seguinte passa, naturalmente, pela necessidade de conferir coerência territorial aos recursos identificados. A abordagem desenvolvida neste texto é particularmente útil para territórios de interior. O desafio passa por identificar potenciais recursos perfeitos e a partir dessa dinâmica transformá-los em singularidades territoriais.

Agradecimentos

Esta investigação tem sido desenvolvida no Centro de Investigação Aplicada à Economia e Gestão do Território com o apoio do Instituto Politécnico de Tomar e da Escola Superior de Gestão. Os autores gostariam de agradecer ao António Ventura por nos ter desafiado a iniciar esta reflexão em 2017 e à Helena L. Grilo e ao

Luis Grilo pelos comentários e sugestões realizadas em fases anteriores do texto. Os autores agradecem igualmente aos revisores os seus comentários pertinentes que contribuíram para minimizar as insuficiências que ainda persistem no texto e que são da única responsabilidade dos autores.

BIBLIOGRAFIA

Alves, Manuel (2001). *Multidimensionalidade do espaço: do espaço objecto ao espaço sujeito e à ordem no território*. Centro de Investigações Regionais e Urbanas. Instituto Superior de Economia e Gestão. UTL. Lisboa.

Andrade, Johanny (2008). *O Turismo Científico na Amazônia: Um estudo das oportunidades, necessidades e potencialidades para a cidade de Manaus*, Manaus: Dissertação de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Florestais, Universidade Federal do Amazonas.

Baptistotte, Cecília (1994). Tartarugas marinhas: Projecto TAMAR. In: Congresso de Herpetologia no Brasil, 1., 1994, *PUC Belo Horizonte-MG*. Anais. Belo Horizonte: Fundação Biodiversistas e Fundação Ezequiez Dias, pp. 33-37.

Bellini, Nicola, Grillo, Francesco, Lazzeri, Giulia e Pasquinelli, Cecilia (2017). Tourism and regional economic resilience from a policy perspective: lessons from smart specialization strategies in Europe, *European Planning Studies*, (25), 1, pp. 140-153.

Bernardino, Susana, Santos, Freitas e Ribeiro, José (2018). The legacy of European Capitals of Culture to the “smartness” of cities: The case of Guimarães 2012, *Journal of Convention & Event Tourism*, (19), 2, pp. 138-166.

Bourlon, Fabien, Mao, Pascal e Osorio, Mauricio (2011). El turismo científico en Aysén: un modelo de valorización territorial basado en el patrimonio y actores locales. *Sociedad Hoy*, (20), pp. 55-76.

Brilha, José (2009). A Importância dos Geoparques no Ensino e Divulgação das Geociências. *Revista do Instituto de Geociências - USP*, Publ. Espec. (5), pp. 27-33.

Camagni, Robert (2002). On the Concept of Territorial Competitiveness: Sound or Misleading? *Urban Studies*, (39), n.º 13, pp. 2395-2411.

Camagni, Robert (2008). Regional Competitiveness: Towards a Concept of Territorial Capital, em Capello, R. et al. (org) – *Modelling Regional Scenarios for Enlarged Europe*. Advances in Spatial Sciences. Springer. pp. 33-47.

Capello, Roberta (2007). *Regional Economics*. Routledge. UK.

Cappellin, Robert e Wink, Rüdiger (2009). *International Knowledge and Innovation Networks*, New Horizons in Regional Science. UK: Edward Elgar.

Comissão Europeia (2008). *Livro Verde Sobre a Coesão Territorial Europeia*, COM (2008) 616 final, Bruxelas.

EU (2010). *Regional policy contributing to smart growth in Europe*. COM (2010) 553, Brussels.

Eusébio, Celeste; Kastenholtz, Elisabeth e Breda, Zélia (2014). Tourism and sustainable development of rural destinations: a stakeholders' view, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, (36), pp. 13-21.

Ferrão, João (2011). *O ordenamento do território como política pública*, Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de educação e Bolsas. Lisboa.

Foray, Dominique (2006). *The Economics of Knowledge*. MIT Press, Cambridge.

Hjalager, Anne-Mette (2010). A review of innovation research in tourism, *Tourism Management*, (31), pp. 1-12.

Kennell, James e Samantha, Chaperon

(2018). *Tourism and Public Policy*, Routledge, New York.

Lopes, António (1995). *Desenvolvimento Regional. Problemas, Teoria, Modelos*. 4ª edição Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

Lopes, Raul (2001). *Competitividade, Inovação e Territórios*. Celta editora. Lisboa.

Lorenz, Edward e Lundvall, Bengt-åke (2006). Understanding European systems of Competence Building, in Lorenz E. and Lundvall, B.-Å. (eds.). *How Europe's Economies Learn: Coordinating Competing Models*, Oxford University Press, New York.

Lundvall, Bengt-åke (2006). Interactive Learning, Social Capital and Economic Performance, in Kahin, Brian e Foray, Dominique (eds) – *Advancing knowledge and the Knowledge Economy*, MIT Press, Cambridge (pp. 63-74).

Lundvall, Bengt-åke e Johnson, Björn (1994). The Learning Economy, in *Journal of Industry Studies*, (1), n.º 2: pp. 23-42.

Mateus, Augusto & Associados, CIRIUS, GeoIdeia e CEPREDE (2005). *Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social*, in *Colecção Estudos de Enquadramento Prospetivo do Quadro Comunitário de Apoio III*, Observatório do QCA III, Lisboa.

Nogueira, Ana, Sanson, Fábio e Pessoa, Karen (2007). A expansão urbana e demográfica da cidade de Manaus e seus impactos ambientais. *Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*. Florianópolis, Brasil, INPE, pp. 5427-5434.

Nordin, Sara e Hjalager, Anne-Mette (2017). Doing, Using, Interacting – Towards a New Understanding of Tourism Innovation Processes, in Kiralova, Alzbeta (Ed). *Driving tourism through creative destinations and activities*, IGI Global.

Nunes, Sérgio (2010). O Surf como Fenómeno Multidimensional Integrador de Valor. *SurfPortugal*, Junho de 2010.

Nunes, Sérgio (2011). O Surf na economia do Mar: Da Natureza Privada à Percepção de Valor Colectivo. *JANUS – Publicação conjunta do Jornal Público e da Universidade Autónoma de Lisboa*. ISBN: 978-989-619-135-1

Nunes, Sérgio e Sousa, Vanda (2017). *Recursos Perfeitos, Turismo e Singularidades Territoriais: a hipótese do turismo científico na Golegã*. CIAEGT-IPT, WP N.º 2017.02, Tomar.

OCDE (1996). *The Knowledge-Based Economy*, OCDE Publishing, Paris.

Oliveira, Sara (2006). Arouca vai criar geoparque para o turismo científico. *Jornal Público*, 25.jan.

Pelle, Óscar (2016). *Universidad de Aysén*. Facultad de Arquitectura y Urbanismo: Memoria de Título, Universidad de Chile.

Rebocho, Bárbara (2017). Glamping um Novo Paradigma no Turismo. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, (46), pp 45-55.

Sá, Artur (2016). Fórum: Géoparque: Identidade geográfica, cultural e preservação ambiental. UTAD. Centro de Convenções da UNICAMP – Campinas/SP.

Song, Haiyan, Dwyer, Larry, Li, Gang e Cao, Zheng (2012). Tourism Economics Research: a Review and Assessment, *Annals of Tourism Research*, (39), N.º 3, pp. 1653-1682.

TAMAR (s/data). Releases: Informações gerais Projecto TAMAR. Disponível em: <http://tamar.org.br/releases/release-projecto-tamar-informacoes-gerais.pdf>.

Vale, Tatiane, Robles, Rafael e Moreira, Jasmine (2016). The use of technologies in museums and visitor centers: case study at the Tamar visitor center in Fernando de Noronha - PE (Brazil). *Applied Tourism*, pp. 97-112.

Páginas web consultadas:

<http://aroucageopark.pt> (acedido em dezembro de 2017)

<http://www.cm-arouca.pt> (acedido em dezembro de 2017)